



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO nº 17.438/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da **PBPrev – Paraíba Previdência**, concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais a **Sra. Maria das Neves Silva**, matrícula nº 144.434-4, Professor de Educação Básica 1, lotada na Secretaria de Estado da Educação, que contava, à época do ato, com 25 anos, 02 meses e 15 dias de tempo de serviço e idade de 55 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria A nº 1.660], e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 17.438/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria das Neves Silva*

Órgão: **Paraíba Previdência - PBPrev**

Gestor Responsável: **Yuri Simpson Lobato**

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadorias Voluntária com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 00198 / 2020

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 17.438/19** referente Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da *Sra. Maria das Neves Silva*, matrícula nº 144.434-4, Professor de Educação Básica 1, lotada na Secretaria de Estado da Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, [Portaria A nº 1.660, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 06 de fevereiro de 2020.

Assinado 6 de Fevereiro de 2020 às 11:39



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 6 de Fevereiro de 2020 às 13:44



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO